Capítulo 4

A participação de líderes religiosos no sucesso da implantação de coleta seletiva: um estudo de caso

Natália Murta de Lima Dornelas, Larissa Rausse Pereira, Sâmara Nargia Castro da Silva, Raimunda Ribamar Martins Mota e Sabrina Oliveira Mendes

Introdução

A fim de melhorar cada vez mais sua forma de vida, a humanidade vem, através de séculos, desvendando e modificando a natureza, aproveitando-se dela para suprir suas necessidades. A Revolução Industrial, no século XVIII, foi um forte agravante dos abusos ambientais, e ocorreram, naquele momento, fatores complicadores, como os resíduos excedentes da produção industrial e o desenfreado crescimento demográfico. Motivado pelo discurso do progresso, o homem insiste em afirmar que, para haver crescimento econômico, é necessária a exploração desenfreada dos recursos naturais, que são finitos, sem se importar com as consequências para o meio ambiente e para a sociedade. Assim, cria-se a ideia de que o excesso de consumo impulsiona a economia, gera empregos, renda e traz uma sensação momentânea de satisfação.

Diante do alerta de um colapso do consumo desenfreado dos recursos naturais, o século XX foi marcado por diversas conferências e encontros entre diversos países, dando início à discussão sobre a preservação do

meio ambiente. Podemos destacar a Conferência de Estocolmo, em 1972, que foi uma tentativa de equilibrar as atividades humanas e a degradação ambiental. Nessa conferência, já se inseriu a temática Educação Ambiental na Agenda Internacional. Posteriormente, ocorre em Tbilisi, cidade da antiga União Soviética, a Primeira Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, no ano de 1977, onde foram assinadas as recomendações da declaração de Tbilisi. Esse documento destacou a importância da educação no processo de mudanças, as quais são necessárias para a melhoria do meio ambiente. Suas diretrizes para a promoção da Educação Ambiental são seguidas na atualidade.

Após 20 anos da Conferência de Estocolmo, aconteceu, no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), que reconheceu a Educação Ambiental como direito dos cidadãos para uma educação transformadora, convocando a sociedade a assumir suas responsabilidades, sejam elas individuais ou coletivas, para cuidar do meio ambiente. No último encontro, conhecido como Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), também na cidade do Rio de Janeiro, em 2002, verificaram-se poucas mudanças daquelas propostas, principalmente por intervenção política, e os compromissos criados na Eco-92 foram reafirmados. Reeducar uma sociedade que cresceu transformando e destruindo o local onde vive é uma tarefa difícil, mas não impossível se forem consideradas as estratégias da Educação Ambiental.

O desenvolvimento sustentável, apesar de ser um tema crucial para a manutenção da vida, ainda tem pouco espaço nas políticas públicas e na aceitação pela população por envolver mudanças culturais. Todavia, a Educação Ambiental é um processo pelo qual o cidadão se sensibiliza e obtém conhecimentos sobre as questões ambientais e se torna um agente ativo na transformação e na conservação do meio que habita. Entretanto, tais mudanças são urgentes e não devem esperar por iniciativas governamentais. É preciso utilizar a EA como uma ferramenta de transformação, educando as pessoas para que conservem o local em que habitam e para que elas impulsionem as mudanças sem esperar somente por iniciativas

dos poderes públicos. Dentro das recomendações da Declaração de Tbilisi, uma das finalidades da Educação Ambiental é proporcionar, a todas as pessoas, a possibilidade de adquirirem os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para protegerem e melhorarem o meio ambiente.

De acordo com Dias (1992), a Educação Ambiental é um processo permanente, pelo qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente e adquirem os conhecimentos, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agirem individual e coletivamente, para resolver problemas ambientais presentes e futuros. Segundo Jacobi (1997), o principal eixo de desempenho dessa educação deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Através do discurso teórico da EA, soluções que se ajustem à realidade de cada indivíduo são propostas, tornando possíveis práticas sustentáveis em qualquer classe social, idade e escolaridade. As questões ambientais devem ser trabalhadas indiscutivelmente nas escolas, em casa, em grupos de familiares e amigos, pois a preocupação com o meio ambiente é urgente. Conforme Varine (2000, p. 62), "a natureza é um grande patrimônio da sociedade e a Educação Ambiental se torna uma prática social com a preocupação de preservar essa riqueza". Por fim, a EA promove mudanças na percepção do espaço e na conscientização das demandas e meios de solucionar problemas, aprimorando a cidadania ao tornar as pessoas politicamente ativas, cobrando mais responsabilidade das autoridades vigentes e pensando em soluções sustentáveis para as exigências da comunidade. A partir dessa constatação, percebe-se a necessidade de educar a população para que ela exerça sua cidadania, para que repense sua responsabilidade com o meio ambiente, com atitudes que reflitam a mudança de pensamento a respeito da sua relação com o consumo e com a natureza.

A EA, de acordo com Soares (2007), tem sido utilizada como instrumento para resolver os problemas associados aos resíduos sólidos, desde a

geração, coleta e transporte até a disposição no destino final. Tudo que é consumido gera resíduos orgânicos e inorgânicos que são descartados, em geral, de maneira inadequada no meio ambiente, provocando poluição atmosférica, de solos e corpos d'água. Logo, uma das formas de a sociedade colaborar individualmente ou coletivamente é reduzindo o consumo e contribuindo com a coleta seletiva dos resíduos que produz. Assim, este trabalho teve por objetivo relatar como aconteceu a adesão de duas comunidades religiosas a um projeto de EA de implantação da coleta seletiva.

PROCESSOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi parte de um projeto de extensão intitulado "Educação Ambiental também é cidadania", desenvolvido, nos anos de 2015 e 2016, em duas comunidades na região metropolitana de Belo Horizonte, uma no bairro Colorado, na cidade de Ibirité, e outra no bairro Jardim Riacho das Pedras, no município de Contagem. Os locais para atuação do projeto foram determinados levando em consideração suas características sociais. O bairro Colorado fica na periferia da cidade de Ibirité, e o bairro Jardim Riacho das Pedras, numa área nobre de Contagem.

Durante o projeto, foram feitas visitas em várias instituições (igrejas, creches, escolas e supermercados), com o objetivo de apresentar as ações do projeto e propor, nesses espaços, condições para implementar, continuamente, um programa de coleta seletiva de materiais recicláveis. Dentre as atividades propostas pelo projeto, destacam-se: implantação de coletores de material reciclável, parceria com catadores ou associações de catadores para recolhimento dos materiais, monitoramento e incentivo do uso contínuo dos coletores.

A metodologia para análise dos resultados foi de caráter qualitativo e quantitativo, tendo, como estratégias, a observação, o registro das experiências vivenciadas e as mensurações da participação da comunidade através do quantitativo de materiais deixados nos coletores. Desta forma, para obter

dados mais robustos sobre a participação da comunidade na coleta seletiva, foram feitas análises quantitativas, mensurando, semanalmente, o volume de materiais depositados nos pontos de coleta. Estas aconteceram calculando o volume da *bag*[1] onde o material reciclável era depositado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a apresentação do projeto em diversas instituições dos setores público e privado de ambos os bairros, ele foi bem recebido somente em duas igrejas e, assim, pôde ser implementado. Uma das igrejas é católica e está localizada no bairro Jardim Riacho das Pedras; a outra é evangélica e está localizada no Bairro Colorado. A seguir, descrevemos como foram as implementações em ambos os locais.

A. Implementação de coleta seletiva numa igreja católica do bairro Jardim Riacho das Pedras, em Contagem/MG.

No bairro Jardim Riacho das Pedras, a igreja católica recebeu com prontidão o projeto, inclusive ajudando na busca de parcerias para apoiar financeiramente as necessidades dele. Pela indicação de um líder religioso, foi possível receber apoio financeiro de um vereador e destinar o recurso para a construção do coletor (FIGURA 1), que foi implantado na igreja com o objetivo de ser a estrutura física para armazenamento dos materiais recicláveis depositados pela população. A parceria ajudou a estabelecer uma relação positiva entre a comunidade religiosa, a universidade (integrantes do projeto) e figuras políticas da cidade de Contagem.

[1] Espécie de bolsa para armazenar o lixo, conforme mostra a figura 1.

FIGURA 1: Coletor de material reciclável instalado numa igreja católica do bairro Jardim Riacho das Pedras, em Contagem. Em “a”: coletor com o *banner* informativo. Em “b”: coletor nas primeiras semanas de uso.

FONTE: Natália Murta (2015)

O coletor construído consistiu em uma estrutura metálica capaz de acomodar uma grande *bag* para depósito de materiais recicláveis. Para ampliar a capacidade de alcance da coleta seletiva, foram distribuídas *bags* individuais para os moradores levarem os materiais ao ponto de coleta (FIGURA 2). Todas as *bags* foram disponibilizadas, gratuitamente, pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Contagem em parceria com o galpão da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Contagem (ASMAC). Essa associação destinou um catador de material reciclável como responsável pelo esvaziamento desse compartimento alocado na igreja. Além dele, uma catadora (moradora do bairro Durval de Barros, próximo ao Jardim Riacho das Pedras), não associada, também retirava materiais de seu interesse do coletor.

FIGURA 2: Foto de uma das *bags* individuais utilizadas pelos moradores para levar os materiais recicláveis ao ponto de coleta (igreja católica).

FONTE: Natália Murta (2015)

Ao analisar o uso dos coletores pelos moradores, pôde-se perceber que, nas primeiras semanas, o volume de material chegava à metade de sua capacidade máxima (aproximadamente 0,75 m^3). Porém, após a divulgação pelos moradores, através do alcance da igreja, o acúmulo de material reciclável passou a exceder a capacidade do coletor (FIGURA 3).

FIGURA 3: Coletor de material reciclável instalado numa igreja católica do bairro Jardim Riacho das Pedras, em Contagem, evidenciando a adesão da comunidade à coleta seletiva.

FONTE: Natália Murta (2015)

Após poucos meses da implementação do coletor na Igreja Católica do bairro Jardim Riacho das Pedras, pôde-se averiguar que, além dos materiais recicláveis habituais, os usuários passaram a ter a atitude de deixar, também, materiais eletrônicos diversos. Destacamos que tais atitudes foram iniciadas e propagadas pelos líderes religiosos, uma vez que não havia, na comunidade, nenhum programa de coleta desse tipo de material. Consideramos, também, que os usuários do coletor estavam sensibilizados sobre as consequências drásticas decorrentes do descarte inadequado de eletrônicos. Tais resultados permitiram evidenciar que o projeto aqui relatado atingiu um dos objetivos da Educação Ambiental, que é desenvolver autonomia na comunidade para perceber e solucionar os problemas ambientais por conta própria.

Para Pádua e Tabanez (1998), a EA propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas

para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente. Além de motivar as pessoas a contribuírem para a melhoria da qualidade de vida da população sem esperar por iniciativas dos poderes públicos.

B. Implementação de coleta seletiva numa igreja evangélica do bairro Colorado, em Ibirité/MG

No bairro Colorado, o projeto também foi apresentado a várias instituições, mas somente foi bem aceito numa igreja evangélica. A igreja cedeu espaço para a instalação de um coletor de materiais recicláveis com as mesmas características do instalado no bairro Jardim Riacho das Pedras. O compartimento foi destinado para o uso de frequentadores da igreja e para os moradores vizinhos da instituição.

O esvaziamento do coletor era continuamente realizado quando o volume de resíduos atingia seu limite (aproximadamente 1,5 m^3). A responsabilidade dessa ação partia dos líderes religiosos da igreja, e o dinheiro arrecadado com a venda dos materiais recicláveis era destinado ao financiamento das necessidades do grupo de jovens da igreja. A capacidade foi atingida semanalmente (FIGURA 4).

FIGURA 4: Coletor instalado em uma igreja no bairro Colorado, em Ibirité, mostrando volume significativo de materiais recicláveis.

FONTE: Natália Murta (2016)

C. A participação dos líderes religiosos nas ações de implementação da coleta seletiva

Em ambos os pontos onde o coletor foi instalado, pôde-se perceber a importância do papel social desempenhado pelos membros diretos e indiretos da igreja para o sucesso e continuidade do projeto. A grande adesão da comunidade, de um modo geral, foi resultado, principalmente, da intervenção que os líderes religiosos fizeram no que se refere à motivação, ao esclarecimento e ao monitoramento do uso desses compartimentos alocados dentro do espaço físico das igrejas por eles administradas.

Pode-se perceber que grande parte dos moradores empenhados com a coleta seletiva, realizada por esse projeto, eram frequentadores da igreja onde o coletor estava instalado. Tal fato demonstra relação de comprometimento, obediência e fidelidade dessas pessoas para com seu líder religioso/igreja/religião e mostra, também, que esses sujeitos foram sensibilizados pelos objetivos e/ou pelas consequências positivas para o meio ambiente decorrentes das ações da proposta. Resultados estes que corroboram com estudos de Deboni e Mello (2006), que verificaram que o fato de estar sensibilizado com um tema ambiental é uma das três principais motivações para interessar-se por uma ação dessa área.

De modo geral, podemos afirmar que indivíduos participantes de grupos organizados socialmente podem ser mais facilmente sensibilizados quanto ao assunto meio ambiente e a importância de uma real motivação que os conduza a uma ação concreta. Além disso, é importante considerar que a difusão da ecologia social que Murray Bookchin (2005) defende é muito mais essencial aos organismos vivos, à organização e à cooperação do que a hierarquia e autoridade as quais movem o capitalismo através do consumismo. Essa dominação ocorre no intuito de esgotar o dominado, como podemos perceber na relação de colonialismo sobre países onde se situam matérias-primas, típica entre países ricos e pobres (conhecida hoje como neocolonialismo). Assim, a devastação ambiental está diretamente relacionada ao desperdício da sociedade de consumo (MINC, 2005), e a

ecologia social insere o ser humano e a sociedade na natureza, de forma que atende os recursos básicos da espécie humana sem sacrificar o capital natural do planeta Terra, promovendo, assim, um comportamento sustentável (BOFF, 2005).

Considerações finais

Pode-se concluir que, a fim de que tenhamos a participação popular nas mudanças de hábitos para um desenvolvimento sustentável, é necessário planejar estratégias de intervenção que estimulem o envolvimento da comunidade. Assim, a presença de uma liderança (no caso deste trabalho, um líder religioso) que tenha a confiança de seus seguidores facilita o sucesso dos objetivos de ações diversas, tais como as de um projeto de EA para implementação de coleta seletiva.

Agradecimentos

A todos os membros das duas igrejas onde este projeto foi implementado.

À Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Contagem.

À Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Contagem (ASMAC).

Ao Programa Institucional de Apoio à Extensão – PAEX/UEMG.

Referências

BOFF, L. **Ética da Vida**. 3. ed. São Paulo: Sextante, 2005.

BOOKCHIN, M. **The Ecology of Freedom**: The Emergence and Dissolution of Hierarchy. 2. ed. Palo Alto, California: Ak Press, 2005.

DEBONI, F.; MELLO, S. Panorama da juventude ambientalista. *In:* **Juventude, cidadania e meio ambiente**: subsídios para elaboração de políticas públicas. Órgão gestor da política nacional de educação ambiental, Brasília, 2006, p. 23-52.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 1. ed. São Paulo: Gaia, 1992.

JACOBI, P. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. *In*: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

MINC, C. **Ecologia e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (Orgs.). **Educação ambiental**: caminhos trilhados no Brasil. 1. ed. São Paulo: Ipê, 1998.

SOARES, L. G. C.; SALGUEIRO, A. A.; GAZINEU, M. H. P. Educação ambiental aplicada aos resíduos sólidos na cidade de Olinda, Pernambuco – um estudo de caso. **Revista Ciências e Tecnologia**, n. 1, p. 1, 2007.

VARINE, H. **O Ecomuseu**. Ciências e Letras, n. 27, p. 61-90, 2000.